

**IMPrensa OPOSICIONISTA E AGREMIÇÃO MUNICIPAL:
A ATIVIDADE POLÍTICA DO PARTIDO REPUBLICANO
REGENERADOR
(MACAÉ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1909-1911)**

**Opposition press and municipal party: the political activity of the
Regenerative Republican Party
(Macaé, state of Rio de Janeiro, 1909-1911)**

**Prensa de oposición y partido municipal: la actividad política del
Partido Republicano Regenerador
(Macaé, estado de Río de Janeiro, 1909-1911)**

Sandro Aramis Richter Gomes¹

Resumo:

Neste artigo realizou-se uma análise dos fatores que levaram à fundação e extinção do Partido Republicano Regenerador (PRR), o qual atuou na cidade de Macaé, litoral norte do estado do Rio de Janeiro, de 1909 a 1911. A finalidade deste estudo consistiu em produzir conhecimento sobre a ação política e as propostas dos partidos municipais surgidos no contexto da Primeira República brasileira. Nesse âmbito, foi demonstrado que os objetivos do PRR eram fazer oposição por meio da imprensa a Alfredo Backer, presidente do estado, e conferir apoio ao grupo político de Nilo Peçanha. Por fim, evidenciou-se que a ascensão de um aliado de Peçanha ao Governo do Rio de Janeiro levou os dirigentes do PRR a mudarem o nome do partido, o qual se tornou membro da ordem situacionista.

Palavras-chave: Imprensa partidária. Partidos municipais. Primeira República brasileira.

Abstract:

This article analyzed the reasons that led to the founding and extinction of the Partido Republicano Regenerador (PRR), which operated in the city of Macaé, in the north coastal of the state of Rio de Janeiro, from 1909 to 1911. The purpose of this study was to produce knowledge about the political action and proposals of the municipal parties that emerged during the First Brazilian Republic. In this context, the objectives of the PRR were to oppose Governor Alfredo Backer through the press and to provide support to the political group of then Nilo Peçanha. Finally, the rise of an ally of Peçanha to the Government of Rio de Janeiro led the PRR leaders to change the name of the party, which became a member of the ruling group.

Keywords: Press party. Municipal parties. First Brazilian Republic

Resumen:

Este artículo desarrolló un análisis de las razones que llevaron a la fundación y extinción del Partido Republicano Regenerador (PRR), que operó en la ciudad de Macaé, en el litoral norte del estado de Río de Janeiro, de 1909 a 1911. El objetivo de este estudio fue producir conocimiento sobre la acción política y las propuestas de los partidos municipales que surgieron durante la Primera República Brasileña. En ese contexto, los objetivos del PRR eran oponerse al gobernador Alfredo Backer a través de la prensa y brindar apoyo al grupo político de Nilo Peçanha. Finalmente, el ascenso de un aliado de Peçanha al Gobierno de Río de Janeiro llevó a los dirigentes del PRR a cambiar el nombre del partido, que pasó a integrar el orden situacionista.

Palabras clave: Prensa partidista. Partidos municipales. Primera República Brasileña.

Introdução

Neste artigo realiza-se um estudo referente à origem, ao desenvolvimento e ao término da ação política do Partido Republicano Regenerador (PRR), o qual foi fundado na cidade de Macaé, litoral norte do estado do Rio de Janeiro, em 1909. Essa sigla existiu até o ano de 1911, ocasião em que os seus dirigentes alteraram o nome do partido. Nesse âmbito, o objetivo deste artigo é avançar na compreensão das circunstâncias políticas que motivaram a criação e a extinção de partidos municipais ao tempo da Primeira República. Em um sentido amplo, a execução deste trabalho subsidia o reconhecimento de distinções e semelhanças alusivas à atividade eleitoral, ao repertório programático e à estrutura interna das agremiações locais que, na mencionada época, existiram em distintas regiões do Brasil.

Há dois argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, destaca-se que o PRR foi criado com o intuito de fazer oposição a Alfredo Augusto Guimarães Backer (1851-1937), então presidente do estado do Rio de Janeiro. A fundação do jornal *O Regenerador* foi crucial para a realização dessa tarefa. Cumpre evidenciar que a principal atividade do PRR foi manter um jornal em circulação para criticar Backer, ao mesmo tempo em que defendia as pretensões eleitorais dos aliados do presidente Nilo Peçanha. O partido participou do jogo eleitoral de Macaé por meio da

apresentação de chapas próprias, ao mesmo tempo em que, na esfera estadual, cultivou uma aliança com o Partido Republicano Fluminense (PRF). Portanto, o PRR não atuou de forma independente em relação à agremiação que pertencia ao campo oposicionista do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, convém ressaltar que a sigla PRR foi extinta após o fim da gestão de Backer à frente do Governo do Rio de Janeiro. Mais precisamente, os seus líderes mudaram o nome da agremiação no momento em que se acomodaram no grupo situacionista composto pelos correligionários do sucessor de Backer. Esses líderes, contudo, não permaneceram por longo tempo vinculados a tal grupo.

As análises sobre os partidos estaduais e municipais surgidos ao tempo da Primeira República têm avançado. O desenvolvimento desses estudos favorece o conhecimento de temas como as formas da competição partidária no âmbito regional, a composição social dos quadros partidários e os fatores capitais das dissensões entre líderes políticos. Tal linha de abordagem possibilita a identificação do grau de competitividade eleitoral inerente aos estados brasileiros (ARRUDA, 2015). Nesse particular, cabe mencionar que o estudo sobre a atividade eleitoral das oposições regionais têm propiciado o entendimento sobre as dificuldades intrínsecas ao combate às agremiações majoritárias, e também sobre os fatores que tornavam possíveis os eventuais êxitos eleitorais dos pequenos partidos (DAL FORNO, 2020; GRANATO, 2018; RIBEIRO, 2019).

Em última instância, uma contribuição central das abordagens relativas à vida política da Primeira República reside na identificação dos multifacetados esforços para o enfrentamento aos partidos governistas, sobretudo em eleições para cargos parlamentares. Assim, os estudos históricos têm salientado que a força eleitoral das agremiações dominantes não inibiu o aparecimento de partidos minoritários dedicados ao combate dos postulantes oficiais (ZULINI, 2016).

Cabe também ressaltar que a historiografia tem assinalado que não era incomum a fundação de partidos municipais que atuavam na oposição e se envolviam por um breve período no jogo eleitoral. Em estados como Minas Gerais e São Paulo, surgiram partidos locais cujos candidatos rivalizaram com postulantes das agremiações majoritárias (FIGUEIREDO, 2017; WOODARD, 2019). Porém, permanece em estágio incipiente a comparação entre esses partidos no que tange ao conteúdo de suas plataformas políticas, aos perfis sociais de seus dirigentes e às razões de sua fundação e desaparecimento. De sua parte, o estudo do caso do PRR permite salientar diferenças entre as agremiações locais no que concerne à extensão de suas ambições

eleitorais e à natureza dos vínculos que os seus líderes constituíram com membros das elites políticas regionais.

A presente abordagem atém-se ao caso de um partido cuja fundação não foi motivada pelo objetivo de assegurar aos seus integrantes uma atuação independente no jogo eleitoral. Mais especificamente, esse partido não buscou manter uma posição de autonomia em relação a todas as frações da elite política do estado do Rio de Janeiro. A peculiaridade do PRR reside no fato de que ele se dedicou à difusão de críticas a um mandatário, bem como à defesa de um grupo político que estava consolidado no jogo eleitoral do estado. A execução de tal abordagem permite reconhecer que a extinção de uma sigla partidária poderia derivar não do insucesso eleitoral ou da perda de correligionários, mas da passagem dos seus dirigentes para o campo da situação. Em síntese, a realização deste estudo favorece a compreensão dos diferentes motivos que provocavam o encerramento das atividades de uma agremiação local.

O desenvolvimento deste artigo é efetuado por meio da análise de informações extraídas de jornais de circulação nacional e regional. Nesse âmbito, o periódico *O Regenerador* é a principal fonte para o conhecimento dos posicionamentos políticos e atividades eleitorais dos fundadores do PRR.²

A vida política fluminense no contexto da fundação do PRR

O estudo da formação do PRR demanda a apresentação de um panorama da cena política fluminense no período que abarca o fim dos anos 1900 e o princípio da década de 1910. A esse respeito, cumpre fundamentar duas constatações. Primeiro, cabe ressaltar que em 1909, no momento da criação do PRR, os opositoristas do Rio de Janeiro estavam integrados ao PRF, cujo líder era Nilo Peçanha (1867-1924), então presidente da República e originário da cidade de Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro. Nesse período, o presidente do estado, Alfredo Backer, já havia se tornado adversário de Peçanha. Esse rompimento político jamais se reverteu. Apoiadores de Backer na eleição para o Governo fluminense em 1906, os partidários de Peçanha foram os responsáveis por organizar a oposição ao chefe do Executivo estadual no final dos anos 1900. Esses aliados eram os responsáveis pela montagem das chapas eleitorais do PRF (PINTO, 1998).

O PRR, portanto, surgiu em um momento pouco posterior à cisão ocorrida no grupo governista. A formação desse partido foi uma iniciativa de membros do grupo nilista, isto é, o conjunto dos correligionários de Nilo Peçanha. Conforme demonstrado no curso deste artigo, a

fundação do PRR teve por objetivo promover o fortalecimento do campo oposicionista no norte do estado, notadamente no município de Macaé.

Essas informações denotam que o surgimento de um grupo oposicionista no Rio de Janeiro, no final dos anos 1900, decorreu de um conflito interno à elite dirigente do estado. Nessa época, não surgiu uma agremiação que estivesse desvinculada dos grupos em que se dividia o quadro político regional. Assim, tal conflito contribuiu para a existência de uma polarização eleitoral.

Trata-se, por conseguinte, de sustentar a segunda constatação desta seção. O grupo político de Peçanha permaneceu politicamente fortalecido no norte fluminense, região na qual Backer também possuía a sua principal base de apoio. Natural de Macaé, o então presidente do estado obtivera mandatos de deputado estadual e deputado federal com os votos provenientes dessa base. O norte do estado era uma região em que havia marcante competição entre as duas alas da política fluminense. Em suma, tal região era a área em que Backer e Peçanha haviam principiado as suas carreiras políticas (LACOMBE, 1973).

O fato de os partidários de Peçanha atuarem na oposição a Backer não lhes impediu de conseguir uma votação significativa em regiões como o norte do estado. Para atestar essa afirmação, convém ressaltar que em Macaé, em 1909, os aliados do presidente da República elegeram os seus candidatos a vereador. Ou seja, os cargos da administração municipal passaram a ser ocupados por adversários do presidente do Rio de Janeiro. Desse modo, Macaé se consolidou como um reduto político do grupo nilista. Cabe demonstrar, pois, que o surgimento do PRR indica a existência de uma acirrada competição eleitoral nesse estado.

Em 1909, no 2º distrito eleitoral, que compreendia o norte fluminense, a chapa de oposição à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro venceu os postulantes avalizados por Backer. Esse distrito era composto pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé e São João da Barra (O REGENERADOR, 30 dez. 1909, p. 1). Nesse pleito, os oito deputados estaduais eleitos por tal circunscrição eram correligionários de Nilo Peçanha. Enquanto a chapa de oposição amealhou 32.777 votos, os postulantes oficiais conquistaram, juntos, 24.243 sufrágios (O REGENERADOR, 20 jan. 1910, p. 1).

No norte do estado, portanto, os candidatos situacionistas não representaram uma ameaça ao sucesso eleitoral da oposição. Entretanto, convém assinalar que os apoios obtidos pelos situacionistas em outras regiões do estado permitiram que Backer formasse uma base de apoio na Assembleia Legislativa. Em 1910, ao final da gestão desse mandatário, tal instituição era constituída pelos deputados governistas e pelos parlamentares ligados à Peçanha (CASTRO e FEIJÓ, 1989).

Por fim, compete assinalar que o antagonismo entre Backer e Peçanha se prolongou pela década de 1910. Mais precisamente, no ano de 1911 o PRF se integrou a uma agremiação nacional, o Partido Republicano Conservador (PRC), cujo chefe era o senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), do Rio Grande do Sul. Essa integração resultou no aparecimento do Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), de orientação situacionista. O grupo de Backer, por sua vez, restabeleceu as atividades do antigo PRF. Esse restabelecimento aconteceu quando o ex-presidente do Rio de Janeiro atuava na oposição, visto que nessa época o então chefe do Executivo estadual, Francisco Chaves de Oliveira Botelho (1868-1943), era um aliado de Peçanha (FERREIRA, 1994).

Essas informações denotam que, entre as décadas de 1900 e 1910, a vida política fluminense não foi marcada pela emergência de novos expoentes nos campos da situação e da oposição. Nesse período, ocorreu apenas a troca de posições entre esses expoentes quanto à presença em tais campos. Nesse âmbito, trata-se de analisar o envolvimento do PRR em um cenário político marcado pela contenda entre Backer e Peçanha. Compete evidenciar que esse partido municipal se acomodou na função de agremiação auxiliar do PRF. Esse auxílio era verificado na defesa das candidaturas chanceladas por Peçanha e na crítica aos personagens que, de 1909 a 1910, estiveram integrados ao grupo de correligionários de Alfredo Backer.

O início das atividades do PRR: a justificação do aparecimento de um partido municipal

Em 1909, quando o PRR foi fundado, a existência de partidos municipais não era uma novidade na vida política brasileira. Em 1906, por exemplo, um partido criado no município mineiro de Mar de Espanha apresentou, sem sucesso, um candidato à Câmara dos Deputados (FIGUEIREDO, 2017). Em São Paulo, por outro lado, as agremiações locais participaram somente de eleições municipais. Nesse estado, de meados da década de 1910 ao início dos anos 1920, surgiram partidos municipais tanto na capital quanto em cidades do litoral e do interior (WOODARD, 2019).

Analogamente ao PRR, os partidos municipais instituídos em Minas Gerais e São Paulo buscaram enfrentar os candidatos pertencentes ao situacionismo. Assim, verifica-se que o aparecimento de partidos locais evitou o domínio absoluto dos governistas nas eleições realizadas em diferentes estados. Todavia, a análise do caso do PRR denota a existência de diferenças entre as agremiações municipais quanto à natureza dos seus projetos eleitorais e à maior ou menor

disposição para constituírem alianças com agremiações já consolidadas na cena política de um estado. Diferentemente dos seus congêneres, o PRR atuou de forma ostensiva na defesa de um partido estadual. A sua ação política foi marcada pelo objetivo de auxiliar o PRF a se consolidar como uma agremiação eleitoralmente competitiva.

As mais remotas informações sobre o PRR datam de dezembro de 1909, época em que ocorreram eleições para a Assembleia Legislativa e para as câmaras municipais do Rio de Janeiro. Nesse contexto, também estava em andamento a campanha para o pleito presidencial de 1º de março de 1910, no qual os governistas Hermes da Fonseca e Venceslau Brás suplantaram a chapa oposicionista constituída por Rui Barbosa e Manuel de Albuquerque Lins. Em suma, o aparecimento do PRR ocorreu em um período de acentuada mobilização eleitoral, a qual derivou da proximidade de disputas nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Compete destacar que o jornal do PRR foi fundado no curso de uma campanha presidencial em que a imprensa teve participação decisiva na sustentação das candidaturas (BORGES, 2011). Nesse pleito, tornou-se evidente que o partido desempenhava a tarefa de agremiação subsidiária do PRF. O exercício dessa tarefa é constatado no fato de que o jornal do PRR recomendou o voto em Hermes da Fonseca e Venceslau Brás porque que essa chapa era endossada pelo grupo político chefiado por Nilo Peçanha (*O REGENERADOR*, 16 dez. 1909, p. 3).

Respeitante à formação do PRR e ao seu envolvimento em processos eleitorais, é preciso destacar duas informações. Primeiro, tal agremiação foi criada em conjunto com o jornal *O Regenerador*, um semanário cuja primeira edição data de 16 de dezembro de 1909. Esse periódico começou a circular três dias antes das eleições para a Assembleia e as câmaras fluminenses.

Os idealizadores do PRR foram o coronel José Teixeira de Gouveia, que presidiu a comissão executiva da agremiação, o advogado Benedito Peixoto Ribeiro e o engenheiro militar Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior (1881-1945). O surgimento do PRR foi o momento em que eles começaram a atuar de modo ostensivo no jogo eleitoral. Nesse contexto, Sodré estava ligado ao grupo político que comandava o PRF, mas ainda não havia exercido um mandato eletivo. Nas eleições de 1909, Sodré foi incluído na chapa de postulantes do PRF à Assembleia Legislativa. Benedito Ribeiro, por sua vez, candidatou-se a vereador na chapa lançada pelo PRR (*O REGENERADOR*, 16 dez. 1909, p. 1).

Em virtude da ligação com os partidários de Nilo Peçanha, Ribeiro e Sodré conseguiram se eleger. Nesse particular, cumpre asseverar que Ribeiro presidiu a Câmara de Macaé em 1910. Ou seja, o PRR tinha em seus quadros um correligionário que pertenceu à elite dirigente da

cidade (O REGENERADOR 8 mar. 1910, p. 1). Em verdade, os oito candidatos a vereador lançados pelo partido foram eleitos para desempenhar um mandato no período 1910-1912. Contudo, os três postulantes ao cargo de juiz de paz apresentados pelo PRR não foram eleitos (O REGENERADOR, 13 jan. 1910, p. 2). Nota-se, assim, a existência de efetiva concorrência entre situação e oposição na cidade, de forma que nessa ocasião houve uma profusão de candidaturas. De todo modo, a acomodação dos integrantes do PRR no grupo político de Nilo Peçanha permitiu que a maioria dos seus candidatos reunisse os apoios necessários para ascenderem ao comando da administração municipal de Macaé.

Em última análise, o objetivo imediato de *O Regenerador* era defender os candidatos nilistas nas eleições municipais e estaduais de dezembro de 1909. Esses postulantes pertenciam às chapas de oposição a Backer. Em síntese, esses candidatos se envolveram na constituição do grupo oposicionista existente no estado do Rio de Janeiro. Nesse âmbito, compete dedicar atenção a um excerto do primeiro editorial de *O Regenerador*. Nesse texto, encontra-se o conjunto de motivos pelos quais o PRR foi instituído. Cabe identificar, pois, o escopo da atividade política desse partido:

Apoiados no terreno da mais absoluta lealdade, e, inspirados sempre pela intransigência decorrente de uma forma previamente definida, imposta com doutrina e como norma, não compreendemos partidos sem organizações bem definidas, por pontos capitais de seu programa. O Partido Republicano Regenerador é, neste município, uma célula do Partido Republicano Fluminense, que se inspira nas belíssimas tradições políticas do Sr. Presidente da República. A denominação que lhe foi dada surgiu da necessidade de despersonalizar a ação política local, evitando assim os grandes males resultantes da superposição dos homens ao partido. Este tem o seu órgão de direção na sua comissão executiva (O REGENERADOR, 16 dez. 1909, p. 1).

Essa passagem do editorial reconhece que o PRR estava ligado ao PRF. O novo partido municipal não se propunha a desenvolver uma atividade política autônoma. Ele se apresentava como uma *célula* de uma agremiação estadual. O PRR não surgiu com o intuito de se consolidar como uma alternativa a todos os grupos políticos então existentes no estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, o PRR obedecia às orientações eleitorais emitidas por outra agremiação. No excerto supracitado, a menção a Nilo Peçanha indica que o PRR estava vinculado à ala da política fluminense que comandava o Governo Federal.

Essas informações possibilitam um comparativo entre os partidos municipais quanto à natureza das ligações que cultivaram com próceres dos quadros políticos regionais. Nesse período, não era incomum que as agremiações locais se reconhecessem integradas a um grupo liderado por expoentes de um partido estadual. No início dos anos 1910, na cidade paranaense de

Guarapuava, foi criado um partido que se opôs aos governistas residentes nessa localidade, mas declarou apoio ao presidente do estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, prócer do Partido Republicano Paranaense (DIÁRIO DA TARDE, 18 jun. 1912, p. 1).

Cumprir mencionar que, no começo dos anos 1920, surgiu um partido na cidade mineira de Conselheiro Lafaiete. Tal agremiação era formada por adversários dos situacionistas que controlavam a administração local. Porém, ela não buscava combater os políticos que comandavam o Governo estadual. Ou seja, o partido se opunha apenas aos chefes locais do Partido Republicano Mineiro (O DEMOCRATA, 26 ago. 1923, p. 1).

Por outro lado, o PRR era um opositor dos governistas liderados por Alfredo Backer. Tal posicionamento resultou no combate ao chefe do Governo estadual e na crítica aos políticos que controlavam os cargos municipais em Macaé no final dos anos 1900. Dessa forma, uma diferença do PRR em relação aos partidos fundados em Guarapuava e Conselheiro Lafaiete é de que o primeiro estava envolvido em um projeto destinado a pôr fim ao predomínio político dos situacionistas nos níveis local e estadual. De outra parte, as demais agremiações municipais não defendiam a completa desestruturação dos grupos situacionistas existentes em seus respectivos estados.

Cabe assinalar que o primeiro editorial de *O Regenerador* afirma que os objetivos do PRR eram difundir uma plataforma política e conquistar espaço na administração pública. Segundo os idealizadores da agremiação, a divulgação dessa plataforma seria a atividade permanente do partido. A conquista do poder, por outro lado, era classificada como *acidental* (O REGENERADOR, 16 dez. 1909, p. 1). O jornal do PRR reconheceu que a agremiação tinha a tarefa de divulgar uma mensagem na qual a crítica ao grupo de político de Backer era um elemento central. Para tanto, era preciso uma atuação constante na imprensa. *O Regenerador*, desde o seu primeiro número, asseverou que, em Macaé, os backeristas ascenderam ao comando das instituições políticas locais por meio da fraude e da violência eleitoral. A denúncia de tais expedientes era realizada de forma recorrente pelo periódico. Acerca da posição do PRR na cena política de Macaé em 1909, atente-se à seguinte passagem do referido editorial:

Não tememos o despotismo de governos fracos e desmoralizados, porque sabemos, com as armas do direito e da razão, defender com heroísmo os nossos direitos postergados e a nossa honra, quando conspurcada. [...] Quanto à política local, condenamos energicamente os processos empregados nestes últimos tempos, das obras do desprezo à vontade soberana do eleitorado, para submetê-lo ao regime da capangagem intolerante e torpe, garantidora das atas falsas, forjadas à sombra de um alistamento vergonhosamente organizado, para justificar um pseudo valor eleitoral (O REGENERADOR, 16 dez. 1909, p. 1).

Ao lado da apresentação de sua filiação ao nilismo e da condenação ao modo como os backeristas geriam o município de Macaé, o PRR apresentou um sucinto repertório de propostas. Essas propostas, as quais não foram defendidas nas edições seguintes de *O Regenerador*, objetivavam a promoção melhoramentos urbanos naquela cidade, sobretudo na iluminação pública e no saneamento básico; o estímulo à instalação de fábricas; e o aperfeiçoamento da exploração de matérias-primas como a argila, a fibra e a madeira. O PRR entendia que era preciso implementar medidas que dinamizassem a economia local e promovessem a transformação do cenário urbano (O REGENERADOR, 16 dez. 1909, p. 1).

Convém salientar que o PRR surgiu com a finalidade de angariar o respaldo do eleitorado independente aos candidatos do PRF. O PRR se dedicou a unir os aliados de Nilo Peçanha residentes em Macaé, assim como tinha o propósito trazer para o seu rol de aliados os eleitores que não estavam filiados seja à corrente nilista, seja à ala backerista da política fluminense. Cabe ressaltar que entre os setores do eleitorado nos quais a agremiação buscou se aproximar estava o do operariado. Por meio de *O Regenerador*, os líderes do PRR pediram votos para os seus candidatos a vereador e a juiz de paz. Eles também recomendaram o voto na chapa de deputados estaduais confeccionada pelos nilistas que comandavam o PRF. Na tentativa de obter o adesão do eleitorado independente, o periódico do PRR afirmou que “O Partido Republicano Regenerador confia no eleitorado independente, que não se vende e nem se deixa iludir por promessas vãs, cochichadas às esquinas, à sombra da noite” (O REGENERADOR, 15 jan. 1909, p. 3).

Em última instância, o PRR objetivou angariar, em Macaé, apoios aos candidatos nilistas. A sua atuação foi marcada pela promoção de candidaturas lançadas por outro partido, o PRF. Nesse quadro, a criação de *O Regenerador* permitiu ao PRR se tornar um divulgador das diretrizes eleitorais formuladas pelos líderes da oposição ao presidente do estado. Cabe evidenciar, por conseguinte, que esse jornal não foi utilizado para a sustentação ininterrupta das propostas apresentadas em seu primeiro número. Ao contrário, ele se consolidou como um instrumento de propaganda dos postulantes nilistas e de combate às ambições e práticas eleitorais do grupo backerista.

A campanha presidencial de 1910 e a oposição ao governo Backer: os posicionamentos políticos veiculados em *O Regenerador*

Os apoiadores de Nilo Peçanha e Alfredo Backer manifestaram preferências distintas na eleição presidencial de 1910. O primeiro grupo apoiou a chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás. O segundo, por sua vez, aderiu à chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins, que empreendeu a Campanha Civilista. Além de Nilo Peçanha, outro destacado apoiador da candidatura do marechal Hermes foi Pinheiro Machado, parlamentar que vivenciava o ápice de sua influência sobre as articulações políticas que resultavam no lançamento de chapas situacionistas à Presidência e Vice-presidência da República. Em síntese, o PRR se engajou na defesa de uma chapa endossada pela maioria dos partidos situacionistas dos estados (BORGES, 2011; VISCARDI, 2012).

Os membros do PRR se reconheciam como correligionários de Nilo Peçanha e Pinheiro Machado. Trata-se de evidenciar que a vigência e o rompimento da aliança entre tais políticos interferiram no modo como os fundadores do PRR se movimentaram no jogo eleitoral. Em 1910, o PRR se dedicou a promover a chapa recomendada por ambos os políticos. Nesse pleito, a principal atividade do partido residiu em veicular em *O Regenerador* mensagens que continham uma defesa da candidatura de Hermes da Fonseca. O periódico também publicou textos nos quais condenava as práticas eleitorais dos backeristas de Macaé. Mais precisamente, o jornal assegurou que, para derrotar os seus adversários, os aliados de Backer recorriam a meios como a intimidação dos eleitores da oposição. Nessa ocasião, portanto, o intuito do partido consistiu em expor o conjunto de arbitrariedades alegadamente cometidas pelos participantes da Campanha Civilista.

Nesse contexto, a crítica desenvolvida por *O Regenerador* acerca do grupo backerista era análoga à contida no primeiro editorial desse periódico. Nesse jornal, os partidários de Backer em Macaé foram situados como adeptos de práticas como a *capangagem*, isto é, a contratação de indivíduos dispostos a intimidar eleitores, agredir os adversários de seus contratantes e atacar seções de votação. De um lado, a atenção às informações sobre a campanha presidencial de 1910 publicadas em *O Regenerador* permite destacar a alta competitividade eleitoral existente em Macaé. De outro lado, ela possibilita compreender a forma pela qual um órgão de oposição ao Governo estadual recriminou a ação eleitoral de seus rivais.

Inicialmente, cumpre analisar o editorial que *O Regenerador* publicou em 8 de março de 1910 a respeito de um acontecimento que teve lugar em Macaé no dia da eleição presidencial. Nesse texto, o jornal afirmou implicitamente que o presidente do estado era conivente com a

prática da capangagem, a qual teria ocorrido em uma seção eleitoral do citado município. Mais precisamente, o periódico reconheceu de modo tácito a ligação desse governante com o indivíduo que teria dificultado o andamento da votação em Macaé. Leia-se, assim, o seguinte excerto do editorial.

O ataque à 1ª seção eleitoral foi propalado pela gente backerista-civilista que andava no dia 1º de março assombrada pela atitude altiva e independente do eleitorado oposicionista neste município. Quanto ao capanga João Magdalena, podemos afirmar que ele está em liberdade graças à intervenção de uma autoridade policial civilista. O bandido João Magdalena achava-se refugiado, quando do [Palácio do] Ingá [sede do Governo estadual] partiu ordem para ele seguir para Macaé, a fim de cumprimentar o tenente Sodré. O criminoso foi e voltou sem cumprir a sua missão (O REGENERADOR, 8 mar. 1910, p. 1).

Em seus editoriais, *O Regenerador* assinalou que a oposição a Backer estava politicamente fortalecida. Por outro lado, a ordem situacionista que se formara no Rio de Janeiro em 1906 teria de recorrer a métodos extremos, como a sabotagem do processo de votação, para impedir o êxito eleitoral dos seus contendores. Esses editoriais destacavam, ainda, que a falsificação de atas eleitorais e o envio de policiais a Macaé para atemorizar os eleitores da oposição seriam ações chanceladas por Backer (O REGENERADOR, 8 mar. 1910, p. 1).

Os textos publicados em *O Regenerador* sustentavam que, naquela cidade, os organizadores da Campanha Civilista foram favoráveis à contratação de capangas e à mobilização da força policial para inibir a ação eleitoral dos partidários de Hermes da Fonseca. A síntese das considerações do jornal do PRR acerca dos expedientes empregados pelos aliados do presidente do estado em Macaé, na eleição presidencial de 1910, encontra-se no seguinte excerto do editorial de 8 de março: “Não tememos os arreganhos do Sr. Backer, embora mande ele toda a cavalaria do Estado e todo o corpo de polícia” (O REGENERADOR, 8 mar. 1910, p. 1).

O resultado dessa eleição presidencial motivou *O Regenerador* a enfatizar que o grupo o político de Backer era carente de apoios e, por esse motivo, recorria a métodos condenáveis para impedir a ação política da oposição. A esse respeito, cabe salientar que, no estado do Rio de Janeiro, Hermes da Fonseca amealhou 27.722 votos, os quais corresponderam a 80% do total de sufrágios (JORNAL DO BRASIL, 20 mar. 1910, p. 4). Esse desempenho foi superior à média nacional da votação conquistada por tal candidato. No cômputo geral, ele conseguiu 403.867 sufrágios, que perfizeram 64% do total de votos (PORTO, 2013).

Em meados de 1910, os correligionários do PRR voltaram a se mobilizar em torno de um candidato. Tal mobilização foi estimulada pela proximidade da disputa para o Governo

fluminense, ocorrida em 10 de julho. Nessa ocasião, o citado Francisco de Oliveira Botelho, ligado aos nilistas, enfrentou Manuel Edwiges de Queirós Vieira (1856-1921), apoiado pelos backeristas. Essa disputa conflagrou a vida política fluminense ao longo do segundo semestre de 1910. O principal efeito desse cenário conflituoso foi a intervenção do Governo Federal para garantir que Oliveira Botelho, vencedor da eleição, fosse empossado no cargo. Essa intervenção ocorreu porque a ala backerista da Assembleia Legislativa empossara Manuel Queirós (ABREU, 2015).

Nesse período, o PRR permaneceu dedicado a criticar as estratégias eleitorais que os seus adversários costumariam empregar. Dessa forma, não houve mudança substancial nos temas dos editoriais que *O Regenerador* publicou entre a eleição presidencial de março e o pleito estadual de julho de 1910. Nesse ínterim, a enumeração dos arbítrios e ilícitudes atribuídas aos correligionários de Backer foi a tarefa primordial desse periódico. A afirmação mais frequente sustentada pelo jornal era de que, em Macaé, os correligionários do presidente do estado recorriam a estratégias inidôneas para suplantar os seus rivais. A manipulação dos processos eleitorais, por exemplo, seria um ato que os aliados de Backer praticariam com frequência. Para o conhecimento dos aspectos capitais da crítica que os chefes do PRR teceram à ação eleitoral dos backeristas, convém atentar à seguinte passagem do editorial que *O Regenerador* publicou em 12 de junho de 1910:

Não tem um número do nosso órgão que não venha narrando arbitrariedades, violências, ferimentos, ladroeiras e até mortes praticadas pela gente que aqui só se move ao acedo no régulo do Ingá. Protestamos todos os dias pela indiferença que esse governo infeliz e perverso liga aos interesses e vida de seus adversários. Clamamos no deserto, tal qual fazia S. João Batista, mas não vimos alguma medida para coibir suas autoridades policiais dos excessos lamentáveis que se deram em distritos do município (O REGENERADOR, 12 jun.1910, p. 1).

A campanha para presidente do Rio de Janeiro foi a última ocasião em que o PRR se apresentou como um partido de oposição e utilizou *O Regenerador* para combater um candidato oficial. A singularidade do PRR reside no fato de que a sua mudança para a condição de agremiação situacionista foi um processo gradual, o qual principiou em dezembro de 1909 e findou em janeiro de 1911. O PRR não demorou a conquistar o comando da administração de Macaé. Em seguida, a chapa presidencial que o partido apoiou foi a vencedora do pleito de 1910. Nesse contexto, a derrota dos backeristas na disputa pelo Governo fluminense permitiu que o grupo nilista retomasse o comando do Executivo estadual. Essa retomada fez com que o PRR se transferisse para a ordem situacionista.

Em 1911, portanto, os fundadores do PRR já pertenciam ao grupo político que controlava a Câmara de Macaé, o Governo do Rio de Janeiro e o Governo Federal. Nesse período, além de administrar a cidade de Macaé, o PRR tinha uma presença na Assembleia Legislativa, pois Feliciano Sodré exercia mandato nessa instituição. Por consequência, trata-se de demonstrar que a entrada dos fundadores desse partido no campo governista motivou o abandono da sigla PRR.

O surgimento de uma nova sigla partidária: os vínculos políticos dos fundadores do PRR no período 1911-1915

O estudo das razões que levaram os líderes do PRR a mudar o nome da agremiação exige a atenção a duas informações. Primeiro, o desaparecimento do PRR e a emergência do Partido Republicano de Macaé (PRM) ocorreram em fevereiro de 1911. Os responsáveis pela organização do PRM consideraram que a saída dos backeristas do Governo fluminense demandava que o partido atuasse em defesa do novo presidente do estado. Eles argumentaram que o êxito eleitoral dos nilistas foi um acontecimento muito positivo, visto que teria propiciado a moralização dos costumes políticos no estado do Rio de Janeiro e, especialmente, na cidade de Macaé. Leia-se, pois, o comunicado por meio do qual *O Regenerador* informou sobre a dissolução do PRR:

Devido à nova organização [política do estado do Rio de Janeiro], a nossa agremiação política que era conhecida como Partido Republicano Regenerador acaba de receber o nome de Partido Republicano de Macaé. [...] Debaixo da maior cordialidade chegamos à época presente em que os costumes políticos estão regenerados e o povo compartilha da nossa felicidade. Em todo o Estado do Rio de Janeiro, domina um partido de nobres ideais que teve o poder de regenerar a política fluminense. E uma vez regenerados os costumes em todo o Estado, inclusive no nosso município, o nosso partido ficaria em contradição se conservasse o seu glorioso nome de Partido Republicano Regenerador (O REGENERADOR, 12 fev. 1911, p. 1).

Esse excerto denota que o PRM, a exemplo do antigo PRR, estava sob a influência de um partido atuante no âmbito estadual. Esse partido era o PRCF. O PRM, cuja presidência era exercida por Feliciano Sodré, tinha a sua própria estrutura administrativa, mas atuava no jogo eleitoral em consonância com as diretrizes eleitorais da nova agremiação situacionista. Ao mesmo tempo, cabe salientar que a composição do núcleo dirigente desse partido era semelhante à do PRR. Além de Sodré, os citados Benedito Peixoto Ribeiro e José Teixeira de Gouveia também pertenciam a esse núcleo (O REGENERADOR, 12 fev. 1911, p. 1).

A segunda informação alusiva ao fim da sigla PRR diz respeito ao fato de que, nesse contexto, os fundadores do partido se vincularam ao grupo político liderado por Pinheiro Machado. Radicado na cidade do Rio de Janeiro, esse parlamentar estabeleceu sólidas conexões com membros das elites políticas do estado e da cidade do Rio de Janeiro (PINTO, 2010). Ele também se tornou notório pela ingerência sobre os processos, conduzidos pelo Congresso Nacional, de diplomação e depuração (ou *degola*) de candidatos a deputado federal e senador (DEVINCENZI, 2018). Durante a gestão de Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado aumentou a sua capacidade de interferir no funcionamento do Governo Federal. Essa interferência começou a declinar com o advento do governo de Venceslau Brás, em 1914 (FRANCO, 1977). Portanto, os fundadores do PRR se aproximaram de um chefe partidário que, no começo dos anos 1910, exerceu ampla influência sobre as eleições e as instituições políticas nacionais (BORGES, 2004).

Gradualmente, os membros do extinto PRR consolidaram a sua presença no grupo político de Pinheiro Machado e se afastaram de Nilo Peçanha, o qual se acomodou no campo da oposição estadual em 1914 e reorganizou o PRF. Nesse âmbito, cabe salientar que, em tal ano, Feliciano Sodré disputou com Peçanha o cargo de presidente do Rio de Janeiro. Apesar do fato de contar com o respaldo de Pinheiro Machado e Oliveira Botelho, que se desligara do grupo nilista, Sodré foi derrotado por Peçanha, o qual conseguiu o apoio do eleitorado oposicionista (FERREIRA, 1994).

O PRM permaneceu em atividade até meados de 1915, época da desagregação do PRCF. Essa desagregação derivou de fatores como a morte de Pinheiro Machado, em setembro daquele ano, e a absorção dos deputados estaduais da oposição pelo grupo de Nilo Peçanha. No ano de sua extinção, o PRM se mantinha como agremiação auxiliar de um partido estadual. Em resumo, a sua principal atividade era conferir respaldo político a uma agremiação (PRCF) acomodada no campo oposicionista (O REGENERADOR, 11 jul. 1915, p. 1).

No momento de sua dissolução, o partido municipal liderado por Feliciano Sodré desenvolvia uma atividade análoga à empreendida pelo PRR. Ou seja, o PRM se tornou uma agremiação oposicionista e realizou, por meio de seu jornal, o combate ao grupo político que geria o Governo do Rio de Janeiro. Em 1915, quando as atividades desse partido foram encerradas, *O Regenerador* continuava a publicar editoriais cujo teor era semelhante ao dos textos que veiculava quando os partidários de Sodré atuavam na oposição aos backeristas. A crítica às fraudes eleitorais e à violência supostamente cometida pelos nilistas contra os seus rivais consistem no cerne dos últimos textos veiculados naquele periódico (O REGENERADOR, 10 abr. 1915, p. 1).

Considerações finais

O estudo empreendido neste artigo exige a atenção a três resultados. Primeiro, a fundação do PRR permite corroborar o argumento segundo o qual, na Primeira República, em municípios distantes das capitais dos estados, existiram iniciativas destinadas à formação de partidos opositoristas. No final da década de 1900, Macaé foi a cidade em que surgiu uma agremiação voltada ao enfrentamento do grupo que geria o Governo fluminense. Os objetivos básicos do partido eram a divulgação rotineira de mensagens contra tal grupo e a conquista dos cargos da administração municipal. A criação de um jornal e a ligação com o PRF, à época controlado por Nilo Peçanha, foram as estratégias por meio das quais os fundadores do PRR executaram o seu projeto político.

Segundo, constatou-se que o PRR possuía autonomia administrativa. Porém, ele estava vinculado ao PRF. Em sua origem, o PRR atuou para viabilizar a eleição de postulantes filiados à agremiação que liderava a oposição fluminense. Em um sentido amplo, ele foi um instrumento para a consolidação do grupo nilista na administração municipal de Macaé. Nota-se, assim, uma reciprocidade de políticos radicados em uma cidade do litoral fluminense com indivíduos dotados de maior projeção no jogo eleitoral do estado.

De um lado, a aliança com os expoentes do PRF possibilitou que os fundadores do PRR conseguissem apoios numerosos em uma eleição municipal. Essa aliança também permitiu que um dos dirigentes do partido, Feliciano Sodré, tivesse assento no Legislativo estadual. De outro lado, o vínculo com os opositoristas de Macaé possibilitou aos nilistas a conquista de adesões no enfrentamento ao grupo backerista. Em suma, o PRR foi estruturado com a chancela do grupo político do então presidente da República. Essa chancela foi decisiva para o êxito eleitoral do partido no pleito municipal de 1909.

Terceiro, destacou-se que as mudanças no cenário político fluminense influíram no funcionamento do PRR. O término do governo de Alfredo Backer provocou a extinção dessa sigla e a migração dos seus integrantes para a ordem situacionista. Nos anos 1910, a elite política macaense criou um novo partido municipal, cujo quadro de dirigentes e ação eleitoral eram semelhantes ao do extinto PRR. Dessa maneira, tal elite entendia que o sucesso do projeto político de uma agremiação local exigia a aliança com um partido estadual e, por consequência, a execução das orientações políticas concebidas pelos líderes desse partido.

Referências:

- ABREU, Alzira Alves de (coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. **Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)**. Rio de Janeiro: IHGB, 2004.
- CASTRO, Silvia Pantoja Serra de; FEIJÓ, Vera Lúcia. A desestabilização do nilismo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 153-170.
- DAL FORNO, Rodrigo. **“Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade”**: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.
- DEVINCENZI, Diego Speggiorin. **A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)**. Curitiba: CRV, 2017.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo dos capitais familiares e sociais dos seus dirigentes. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, jun. 2018.
- LACOMBE, Lourenço Luiz. **Os chefes do Executivo fluminense**. Petrópolis: Museu Imperial, 1973.
- PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política da Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- PINTO, Surama Conde Sá. Pinheiro Machado, o Morro da Graça e a política carioca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 244, p. 229-244, abr./jun. 2010.
- PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011.
- PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Cajamar: Lexikon, 2013.
- RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. **“A terceira estrela da federação”**: a bancada gaúcha no contexto-político eleitoral dos anos 1920 a 1924. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WOODARD, James P. **Um lugar da política:** republicanismo e regionalismo em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2019.

ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República brasileira:** o papel do Parlamento no regime de 1889-1930. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR de 2018 a 2023. Atua como professor da rede estadual de ensino do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com/ Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

² Os periódicos utilizados na confecção deste artigo estão disponíveis para consulta no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.gov.br>